

BRUNA LETÍCIA COUTINHO MEDEIROS, CLARA OVÍDIO DE MEDEIROS RODRIGUES E JOSÉ CLEWTON DO NASCIMENTO

Memória viva: Uma abordagem teórica e prática sobre a preservação cultural indígena Potiguara

Living memory: A theoretical and practical approach to Potiguara indigenous cultural preservation

Memoria viva: Una aproximación teórica y práctica a la preservación cultural indígena Potiguara

Memória viva: Uma abordagem teórica e prática sobre a preservação cultural indígena Potiguara

Living memory: A theoretical and practical approach to Potiguara indigenous cultural preservation

Memoria viva: Una aproximación teórica y práctica a la preservación cultural indígena Potiguara

Bruna Letícia Coutinho Medeiros

Arquiteta e Urbanista, graduada pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ (2021). Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente - PPAPMA/UFRN. Pesquisa sobre arquitetura indígena, principalmente voltada aos povos Potiguara.

Architect and Urban Planner, graduated from the Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ (2021). Master's degree in progress in the Postgraduate Program in Architecture, Design and Environment - PPAPMA/UFRN. Research on indigenous architecture, mainly focused on the Potiguara people.

Arquitecta y Urbanista, egresado del Centro Universitario de João Pessoa - UNIPÊ (2021). Maestría en curso en el Programa de Postgrado en Arquitectura, Diseño y Medio Ambiente - PPAPMA/UFRN. Investigación sobre arquitectura indígena, principalmente enfocada al pueblo Potiguara.

brunamedeirosarq@gmail.com

Clara Ovídio de Medeiros Rodrigues

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - PPGAU/UFRN (2020) e mestra em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição (2014). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN (2010). Professora Adjunta pelo Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ/UFRN) e membro do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente (PPAPMA/UFRN). Foi professora adjunta da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), onde atuou junto ao Grupo de Pesquisa Alpendre. Atua principalmente nos seguintes temas: processo de projeto arquitetônico, processos colaborativos, atendimento de metas de desempenho ambiental e eficiência energética junto aos grupos de pesquisa Projetar e Labcon da UFRN.

Doctorate degree from the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism at the Federal University of Rio Grande do Norte - PPGAU/UFRN (2020) and master degree in architecture and urbanism from the same institution (2014). She has a degree in Architecture and Urban Planning from UFRN (2010).

Memória viva: Uma abordagem teórica e prática sobre a preservação cultural indígena Potiguara

Living memory: A theoretical and practical approach to Potiguara indigenous cultural preservation

Memoria viva: Una aproximación teórica y práctica a la preservación cultural indígena Potiguara

Adjunct Professor at the Department of Architecture at the Federal University of Rio Grande do Norte (DARQ/UFRN) and member of the Postgraduate Program in Architecture, Design and Environment (PPAPMA/UFRN). She was an adjunct professor at the Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), where she worked with the Alpendre Research Group. She works mainly on the following topics: architectural design process, collaborative processes, meeting environmental performance goals and energy efficiency, together with the Projetar and Labcon research groups at UFRN.

Doctorado por el Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte – PPGAU/UFRN (2020) y máster en arquitectura y urbanismo por la misma institución (2014). Es licenciada en Arquitectura y Urbanismo por la UFRN (2010). Profesor adjunto del Departamento de Arquitectura de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (DARQ/UFRN) y miembro del Programa de Postgrado en Arquitectura, Diseño y Medio Ambiente (PPAPMA/UFRN). Fue profesora adjunta de la Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), donde trabajó en el Grupo de Investigación Alpendre. Trabaja principalmente en los siguientes temas: proceso de diseño arquitectónico, procesos colaborativos, cumplimiento de objetivos de desempeño ambiental y eficiencia energética, junto con los grupos de investigación Projetar y Labcon de la UFRN.

clara.ovidio.rodrigues@ufrn.br

José Clewton do Nascimento

Arquiteto e Urbanista, graduado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA). Integrou, de 2006 a 2011, como arquiteto, a Divisão Técnica da Superintendência do IPHAN/CE. Atualmente é Professor Associado do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ/UFRN). e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) e Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente (PPAPMA), ambos da UFRN. Desde 2012 integra o grupo Urban Sketchers Natal, sendo um dos seus coordenadores. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em

Memória viva: Uma abordagem teórica e prática sobre a preservação cultural indígena Potiguara

Living memory: A theoretical and practical approach to Potiguara indigenous cultural preservation

Memoria viva: Una aproximación teórica y práctica a la preservación cultural indígena Potiguara

Conservação e Restauro, atuando principalmente nos seguintes temas: reabilitação urbana, educação patrimonial, patrimônio e desenho.

Architect and Urban Planner, graduated from the Federal University of Ceará (UFC). He has a doctorate in architecture and urbanism from the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism at the Federal University of Bahia (PPGAU/UFBA). From 2006 to 2011, he was part of the Technical Division of the IPHAN/CE Superintendence as an architect. He is currently Associate Professor in the Department of Architecture at the Federal University of Rio Grande do Norte (DARQ/UFRN). and permanent professor of the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism (PPGAU) and Postgraduate Program in Architecture, Design and Environment (PPAPMA), both at UFRN. Since 2012 he has been part of the Urban Sketchers Natal group, being one of its coordinators. He has experience in the area of Architecture and Urbanism, with an emphasis on Conservation and Restoration, working mainly on the following topics: urban rehabilitation, heritage education, heritage and design.

Arquiteto y Urbanista, egresado de la Universidad Federal de Ceará (UFC). Tiene un doctorado en arquitectura y urbanismo del Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Bahía (PPGAU/UFBA). De 2006 a 2011, como arquitecto, formó parte de la División Técnica de la Superintendencia IPHAN/CE. Actualmente es Profesor Asociado del Departamento de Arquitectura de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (DARQ/UFRN). y profesor permanente del Programa de Posgrado en Arquitectura y Urbanismo (PPGAU) y del Programa de Posgrado en Arquitectura, Diseño y Medio Ambiente (PPAPMA), ambos de la UFRN. Desde 2012 integra el grupo Urban Sketchers Natal, siendo uno de sus coordinadores. Tiene experiencia en el área de Arquitectura y Urbanismo, con énfasis en Conservación y Restauración, trabajando principalmente en los siguientes temas: rehabilitación urbana, educación patrimonial, patrimonio y diseño.

jose.clewton.nascimento@ufrn.br

Resumo

Entendendo as inúmeras perdas culturais que os indígenas sofreram historicamente, a necessidade de um olhar cuidadoso e não colonizatório a essa população, vem se tornando cada vez mais evidente e indispensável. O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre a preservação cultural dos povos Potiguara do estado da Paraíba nos âmbitos teórico e prático, sendo esse último através da proposição projetual de um centro cultural indígena no município de Baía da Traição, destinado a essa população. Para desenvolver o projeto foi inicialmente realizado um aprofundamento teórico-conceitual sobre o tema e o público ao qual se destina, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Em seguida, foram desenvolvidos o partido e a programação arquitetônica, com definição de dilemas e metas do projeto. A partir dessa base, e com o auxílio das disciplinas até então ministradas no mestrado profissional, o processo projetual foi gradualmente sendo trabalhado e registrado. Dessa forma, observa-se o desenvolvimento de um produto em nível de estudo preliminar, fruto de um processo reflexivo embasado em pesquisas teóricas, empíricas e projetuais. O projeto do centro cultural utilizou a identificação e resolução de dilemas projetuais como fio condutor, refletindo desde a implantação até a definição da materialidade e levando ao entendimento do espaço externo a edificação como indissociável da proposta, resultando em um ambiente fluido e integrativo. Conclui-se que a arquitetura pode ser uma aliada no processo de valorização cultural de comunidades tradicionais e que a prática projetual provocou reflexões que contribuíram para a compreensão cultural desse povo e suas singularidades, já que a edificação (principalmente cultural) deve refletir a população a quem é destinada.

Palavras-chave: Povos indígenas. Centro cultural. Projeto arquitetônico.

Abstract

Understanding the countless cultural losses that indigenous people have suffered historically, the need for a careful and non-colonizing look at this population has become increasingly evident and necessary. The present work aims to discuss the cultural preservation of the Potiguara people of the state of Paraíba in theoretical and practical terms, the latter being through a design proposal for an indigenous cultural center in the municipality of Baía da Traição, destined for this population. To develop the project, an in-depth theoretical-conceptual analysis of the topic and the target audience was initially carried out through bibliographic and documentary research. Next, the design and architectural programming were developed, defining the project's dilemmas and goals. From this base, and with the help of the disciplines previously taught in the professional master's degree, the design process was gradually developed and recorded. In this way, we observe the development of a product at the level of preliminary study, which resulted from a reflective process, based on theoretical, empirical and design research. The cultural center project used the identification and resolution of design dilemmas as a guiding thread, reflecting from implementation to the definition of materiality, and leading to the understanding of the space external to the building as inseparable from the proposal, resulting in a fluid and integrative environment. It is concluded that architecture can be an ally in the process of cultural appreciation of traditional communities, and that the design practice provoked reflections that contributed to the understanding of the culture of this population and its singularities, since the building (mainly cultural) must reflect the population which it is intended.

Keywords: Indigenous people. Cultural center. Architectural project.

Resumen

Entendiendo las innumerables pérdidas culturales que históricamente han sufrido las comunidades indígenas, hay algo cada vez más evidente y se hace necesaria una mirada cuidadosa y no colonizadora a esta población. El presente trabajo tiene como objetivo discutir la preservación cultural del pueblo Potiguara en el estado de Paraíba en términos teóricos y prácticos, este último a través de una propuesta para el diseño de un centro cultural indígena en el municipio de Baía da Traição, destinado a esta población. Para desarrollar el proyecto se realizó inicialmente un análisis teórico-conceptual en profundidad del tema y del público objetivo a través de una investigación bibliográfica y documental. A continuación se desarrolló el diseño y programación arquitectónica, definiendo los dilemas y objetivos del proyecto. A partir de esta base, y con la ayuda de las disciplinas previamente impartidas en la maestría profesional, se fue desarrollando y registrando paulatinamente el proceso de diseño. De esta manera, observamos el desarrollo de un producto a nivel de estudio preliminar que resultó de un proceso reflexivo, basado en investigaciones teóricas, empíricas y de diseño. El proyecto del centro cultural utilizó la identificación y resolución de dilemas de diseño como hilo conductor, reflexionando desde la implementación hasta la definición de la materialidad, y conduciendo a la comprensión del espacio externo al edificio como inseparable de la propuesta, resultando en un proceso fluido e integrador ambiente. Se concluye que la arquitectura puede ser una aliada en el proceso de valorización cultural de las comunidades tradicionales, y que la práctica del diseño provocó reflexiones que contribuyeron a la comprensión de la cultura de esta población y sus singularidades, ya que la edificación (principalmente cultural) debe reflejar la población a la que está destinado.

Palabras clave: Gente indígena. Centro cultural. Proyecto arquitectónico.

Introdução

Os povos indígenas são protagonistas na construção da identidade brasileira, uma vez que nos deixaram heranças culturais - inclusive na produção arquitetônica vernacular¹ - que se fazem presentes até a atualidade. Assim, a preservação dessa cultura está intimamente ligada à vitalidade das memórias e tradições brasileiras (Macêdo e Silva, 2016).

Entretanto, com o processo colonizatório do Brasil e a busca pela catequização/domesticação dos indígenas na fé cristã, esse povo sofreu um processo de aculturação². Os colonizadores desprezaram e menosprezaram a cultura existente, inclusive no âmbito arquitetônico, e buscaram implantar seus costumes e tradições (Bergamaschi e Silva, 2007; Silva, 2010).

Os povos indígenas Potiguaras, segundo dados do IBGE (2022), são constituídos por aproximadamente 30 mil pessoas distribuídas entre os municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, na Paraíba. Segundo Paiva (2013), os traços culturais mais fortes encontrados nos Potiguaras são: o Toré, um rito realizado em roda, visto principalmente nas festividades; o artesanato, não sendo exclusivamente produzido com materiais naturais, mas podendo conter também miçangas, fio de náilon e outros artefatos; e as pinturas corporais, uma forma de reafirmação étnica utilizada nas celebrações e/ou como forma de luta e resistência.

Apesar do esforço para manter os costumes e tradições, outros tantos foram perdidos, a exemplo da língua, o Tupi, que se encontra quase extinta, tendo sido historicamente substituída pela língua portuguesa. Cabe enfatizar que as contribuições da cultura Potiguara para a identidade do povo paraibano são inegáveis e sua valorização vem sendo construída ao longo do tempo através dos próprios descendentes.

A arquitetura pode ser um agente contribuinte nesse processo de preservação histórica e cultural, como vemos através dos centros culturais e museus.

Ora como espaço de luta e reivindicações e busca de reconhecimento, ora como espaço pedagógico associado à escola indígena e/ou para fortalecimento cultural para as relações internas e externas com não indígenas, os museus indígenas vêm ocupando de maneira irreversível uma posição (Cury, 2016, p.14).

Os edifícios se tornam palcos para expressão de tradição, história, cultura e arte de um povo, auxiliando, cada vez mais, a manter uma memória viva. No âmbito arquitetônico, a relevância do estudo se firma na promoção de novos olhares às populações tradicionais, buscando contribuir com suas realidades locais em prol da manutenção do seu patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, tendo como premissa as singularidades e especificidades de cada povo e se materializando em uma proposta projetual.

A concepção de um centro cultural tem como intenção colaborar com a manutenção da memória, por ser um município formado, em sua maioria, pela população Potiguara, e por não haver um espaço destinado a essa finalidade na área. Dessa forma, o trabalho busca agregar à cultura local através do ambiente construído.

A pesquisa está baseada no questionamento central: Como a arquitetura pode ser palco desse processo de preservação cultural? Buscou-se interligar essa questão às especificidades socioculturais dos povos originários, de forma que o objetivo deste artigo é discutir a preservação cultural dos povos Potiguaras do estado da Paraíba, nos âmbitos teórico e prático, através de uma proposta projetual.

¹ Tipologia arquitetônica advinda de um processo empírico, passado de pai para filho, de forma não técnica e adaptada às mais diversas condições locais (Santos e Costa, 2018, p.221).

² O processo de aculturação sofrido pela população indígena não gera a extinção do seu legado.

Metodologia

O trabalho, que é desenvolvido de forma mais ampla no mestrado profissional, busca seguir em duas perspectivas: teórica e prática. A primeira, através de pesquisa bibliográfica e documental, com um recorte temporal mais abrangente, devido à escassa produção teórica a respeito da comunidade indígena Potiguara. Dessa forma, foram utilizados autores como: Milanesi (1997), Neves (2013), Portocarrero (2018) e Falcão (2002), além das informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022). A segunda, por meio do desenvolvimento de uma proposta projetual técnica, que constitui uma forma de reflexão prática das questões teóricas anteriormente levantadas. Durante essa etapa foi realizada uma pesquisa de campo, em que se realizou uma visita à aldeia São Francisco e à área urbana do município Baía da Traição/PB, com o objetivo de conhecer a comunidade, verificar a pertinência da proposta e identificar o terreno para a intervenção. O produto resultante é uma proposta arquitetônica em nível de estudo preliminar, embasada pelas discussões teóricas levantadas.

Abordagens contemporâneas com os povos originários

A arquitetura dos povos originários por muito tempo sofreu um processo de desvalorização e esquecimento. Recentemente vem ganhando visibilidade, ainda que de forma lenta e inserida majoritariamente em ambientes acadêmicos, como afirma Portocarrero (2018):

Falar sobre a habitação indígena brasileira parece ter sempre um quê de desafio. Nos arquitetos, ela até pode despertar admiração, mas em geral fica mesmo entre o pitoresco e o exótico. Não é difícil encontrar desconhecimento e descaso. Vista em geral a partir de ideias já bem estabelecidas ou até mesmo claramente preconceituosas, ela é considerada como resíduo de um passado morto, e não como tradição e cultura vivas. Exceções à parte, imagina-se que é tosca, repetitiva, sem maior interesse. Duvida-se que possa ser o sofisticado resultado de um longo processo de experimentação, ou que tenha muito que ensinar. Falar na diversidade da habitação indígena e, mais ainda, a ela associar a ideia de tecnologia, causa espanto e pode mesmo beirar à provocação (Portocarrero, 2018).

A produção arquitetônica desses povos é vista leigamente como inferior. Portocarrero (2018) também afirma que ainda é comum que se tenha a falsa visão dos povos indígenas como incapazes de produzir arquitetura, e mais, uma arquitetura tecnológica a partir de recursos simples.

Entretanto, entende-se que o estudo em torno da produção arquitetônica desses povos nos deixa contribuições. Sá (2002) afirma que, através desses estudos e de produções voltadas para essas populações, seria possível viabilizar uma reafirmação étnica estabelecendo uma ponte com o futuro. O conceito levantado por Portocarrero (2018, p.197) vem corroborar com essa ideia:

[...] etnoarquitetura como aquela arquitetura produzida pelas etnias e capaz de identificá-las por seu peculiar desenho cultural. A partir da observação das características construtivas dos diversos povos é possível desenvolver projetos mais adequados às suas necessidades e anseios, dentro de uma visão holística de etnoarquitetura.

Portocarrero (2012) ainda afirma que é importante entender os desenhos indígenas como tecnologias, devendo ser inseridos no mesmo patamar das tecnologias da sociedade contemporânea. O autor afirma que a abordagem mais recomendada seria a seleção de tecnologias entre as técnicas contemporâneas e as tradicionais, para definir qual se adequaria melhor ao projeto proposto e ainda possibilitaria novos conhecimentos e entendimentos com a união entre elas.

Dessa forma, entende-se que as proposições projetuais destinadas a essas populações não necessariamente devem possuir um caráter reprodutivo da arquitetura por eles praticada, mas sim buscar o entendimento e a inserção de suas tecnologias, como também o rebatimento trazido por elas no que diz respeito à vivência do usuário.

Povo indígena Potiguara da Paraíba

Uma forte característica dos povos originários é sua multiplicidade. Os indígenas se manifestam de formas diversas ao longo do território brasileiro. Não se pode, portanto, enquadrar a arquitetura ou cultura indígena como algo único, com características padronizadas. Sendo assim, uma vez que a proposição do presente estudo contém relação direta com as manifestações culturais, se faz necessário o entendimento do público ao qual se destina.

Os Potiguara, do Tupi “comedores de camarão”, são uma etnia indígena presente historicamente no estado da Paraíba de forma numerosa, em trinta e duas aldeias (Pereira, 2020, p.37).

A vasta permanência dessa população em território paraibano, por si só, é sinônimo de resistência, uma vez que “a partir da segunda metade do século XX, os Potiguara, como os demais grupos indígenas do Nordeste, foram tratados, tanto pelo Estado quanto pelos pensadores sociais, como grupos indígenas extintos” (Paiva, 2013, p.53). O processo de invisibilização cultural como forma de silenciamento acontece desde o período colonizatório e segue seu curso até os dias atuais. Isso se reflete, inclusive, na precariedade de dados históricos disponíveis sobre os povos indígenas, ainda mais se formos pensar em uma perspectiva não generalista, considerando as diferenças étnicas e culturais de cada povo.

Existir enquanto indígenas no século 21, mesmo em meio à necropolítica, à dizimação das etnias, ao genocídio das populações indígenas, é ser resistência. No caso dos Potiguara, é um dos poucos povos do Brasil que residem no mesmo território desde o processo de colonização (Cardoso, 2018).

Dessa forma, se percebe a importância da presença dessa população em suas terras, tendo sido assegurada pelo artigo 231 da Constituição Brasileira de 1988, onde lhes é reconhecido o direito às

[...] terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais, necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (Brasil, 1988).

Entende-se também a necessidade de ações que busquem esse entendimento, preservação e perpetuação dessa cultura tão importante na identidade paraibana e brasileira.

Traços culturais

Apesar da individualidade em cada etnia indígena, há traços culturais que são comumente encontrados entre elas. A valorização e conexão com a terra é um deles, como afirma Barcellos (2014, p.21):

Se perguntássemos ao índio se a dimensão sagrada é essencial para o povo Potiguara, ele poderia até ter dúvidas na resposta, num primeiro momento. Mas se perguntássemos sobre a Terra, a resposta consensual e imediata da etnia é a mesma do índio José Ciríaco Sobrinho, conhecido como Capitão, de que a terra é sagrada. Ora, é exatamente essa dimensão sagrado-transcendental que brota e surge o elemento primordial do ser índio Potiguara, que é a sua crença, sua fé, fonte que alimenta as práticas religiosas na aldeia (Barcellos, 2014, p.21).

Percebe-se, então, que o patrimônio cultural indígena está muito atrelado à imaterialidade. A relação homem-natureza-ancestralidade é algo marcante e pode-se dizer que até mesmo identitário desse povo. Sendo assim, suas expressões socioculturais também estão, na maioria das vezes, muito ligadas a tais temáticas.

A forma como a sociedade indígena interage com o meio ambiente está mais intimamente ligada às suas crenças e devoções do que em qualquer outra sociedade. Falcão (2022) coloca que a terra (muitas vezes pela representação da mata, tida como uma divindade) é um referencial de vida, um local sagrado de purificação, onde habitam os espíritos de luz e muitos dos personagens de suas crenças. Por isso, toda construção social e cultural indígena perpassa um entendimento de não agressividade à mãe natureza, mesmo em seu modo de vida mais urbano.

O principal ritual indígena potiguara, o Toré, se trata de um momento em que, segundo Paiva (2013, p.85), “há uma voz que retrata esse ritual como uma dança considerada sagrada pelos indígenas e que é praticada em ocasiões especiais”. Sendo assim, entendemos que, para essa população, o Toré não pode ser resumido a um conceito simples de dança, mas é um ritual ancestral de conotação religiosa, de manifestação de espiritualidade, como também de reafirmação étnica. Grünwald (2004) afirma ser, inclusive, a linguagem do movimento indígena contemporâneo.

[...] a religiosidade indígena está fortemente expressa no Toré, que põe em contato os indígenas praticantes com seus ancestrais e os seres encantados através do contato íntimo com a mãe natureza. Os pés descalços repousam no solo sagrado, a utilização de instrumentos musicais, como tambor, zabumba e o maracá assemelham-se e se igualam aos sons da natureza. A melodia dos cantos, o ruído dos instrumentos citados guiados por uma autoridade indígena local, geralmente na pessoa do Pajé, desenvolvem o Toré (Macêdo Cavalcanti, Barcello, Medeiros, et al, 2020, p. 1091).

Além das manifestações culturais supracitadas, a linguagem não verbal é algo muito presente na sociedade indígena. Essa forma de expressão também possui significado e relevância no que diz respeito à reafirmação identitária dessa população. Os grafismos, por exemplo, podem ser entendidos como um enunciado (Falcão, 2022, p. 143). A forma mais comum de encontrar as pinturas indígenas é em seus próprios corpos, sendo também identificadas nas madeiras de algumas edificações, embora mais discretamente.

Dentre as tipologias catalogadas se destaca o grafismo de colmeia (Figura 1), que representa uma das principais características socioculturais percebidas nos povos originários: a coletividade. Normalmente, essa tipologia de grafismo é realizada sem “fechamento” da colmeia, simbolizando a abertura do povo ao recebimento de novos “favos”, ou seja, novos irmãos indígenas Potiguaras. Essa relação de irmandade é manifesta cotidianamente dentro da sociedade indígena, de modo que as decisões relevantes tendem a ser sempre tomadas em conjunto, em momentos de escuta.

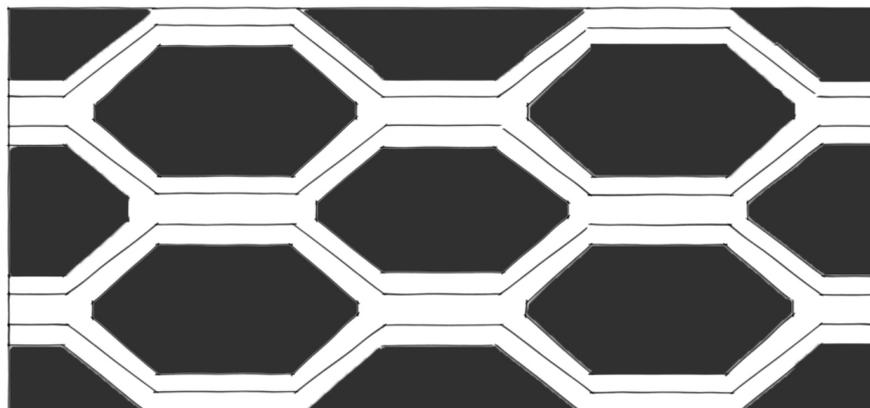


FIGURA 1 – Grafismo de colmeia
(Redesenho)

Fonte: Elaborado pelo autor,
2024.

Entendendo, portanto, um pouco do contexto da população indígena do estado da Paraíba, constata-se que a inexistência de um espaço destinado e adaptado a suas manifestações culturais pode contribuir com o processo de perda que já é tão presente nessa cultura.

Centro cultural: uma reflexão teórico-projetual

Historicamente, os locais destinados à vivência e manutenção da cultura são facilmente encontrados nas sociedades em geral. As bibliotecas clássicas e teatros eram, inicialmente, as edificações mais comuns. Entretanto, apresentavam um caráter elitista e excludente, não possibilitando que as manifestações culturais fossem difundidas de forma democrática. Assim surgem as primeiras casas de cultura na França, como uma alternativa de lazer para os operários, numa tentativa de melhorar as relações interpessoais dentro do ambiente fabril (Neves, 2013).

A Lei Francesa de 1975 apresentou a definição de centro cultural como “estabelecimento público que favorece a criação de obras de arte e do espírito; contribui para o enriquecimento do patrimônio cultural da nação, da informação e formação do público, da difusão da informação artística e da comunidade social” (Milanesi, 1997, p.53), entendendo-o como forma de investimento e garantindo recursos públicos para a finalidade cultural.

Entretanto, apenas na década de 1970, com a inauguração do Centro Cultural Georges Pompidou, os demais países passaram a se interessar por essa tipologia arquitetônica. No Brasil, na década de 1980, surgem os primeiros centros culturais: Centro Cultural de Jabaquara e Centro Cultural de São Paulo, ambos financiados pelo Estado.

Partindo das definições francesas, Milanesi (1997) ainda afirma que o conceito de centro cultural deve ser aberto, sem fundamentalmente um programa de necessidades bem definido, como um local onde o principal objetivo é a reunião das mais diversas manifestações culturais, e que permita discussões e debates. Neves (2013) concorda com o autor acima, quando afirma que

Um espaço cultural, além de exercer atividades culturais diversificadas, deve possuir no programa de necessidades atributos ambientais essenciais para o seu bom funcionamento e qualidade de bem-estar do usuário. Esses atributos estão relacionados à democratização do espaço, acessos, integração do público, comunicação do interior com as atividades exercidas, dentre outros, por meio de salas de aula, praça e áreas de convivência, iluminação adequada etc. (Neves, 2013).

O autor ainda frisa a importância de o espaço ser acolhedor e propício a uma circulação dinâmica de cultura.

Cabe a nós, portanto, entender que tanto a programação arquitetônica quanto as características formais da edificação devem ser adaptadas ao contexto em que o projeto está sendo inserido, sendo mais importantes a garantia da vitalidade cultural, em suas mais diversas manifestações, e a democratização do espaço.

Os centros devem realizar ações que integrem três campos comuns ao trabalho cultural: a criação, visando à estimulação, a produção de bens culturais, por meio de oficinas, cursos e laboratórios, a formação artística e a educação estética; a circulação de bens culturais, pois assim evita-se que os eventos transformem a casa da cultura em espaço de puro lazer, atuando na formação do público; e a preservação do campo do trabalho cultural, resguardando o bem cultural e a manutenção da memória daquela coletividade (Neves, 2012, p.05).

Os locais destinados a essa tipologia arquitetônica devem provocar o sentimento de pertencimento, construindo, através dos espaços, laços com a comunidade, buscando oferecer-lhes um local que garanta uma experiência vívida de suas identidades, tradições, histórias e cultura (Neves, 2012).

Portanto percebe-se que a maior característica de uma edificação com essa tipologia é a vitalidade. A possibilidade de uma cultura dinâmica, fluida, feita pelas próprias pessoas, em ambientes democráticos, é o cerne do desenvolvimento de um centro cultural. Sendo assim, essa tipologia arquitetônica pode estar muito ligada à cultura indígena, uma vez que os adjetivos elencados acima podem ser aplicados facilmente a essa cultura.

Proposta arquitetônica: uma perspectiva prática

Processo de concepção

Para a proposta arquitetônica foi identificado um terreno que, através de reivindicação da própria população, teve sua concessão autorizada pelo Ministério Público Federal aos indígenas Potiguaras, para a construção de uma edificação cultural. No referido lote, localizado na área urbana do município de Baía da Traição, funcionou o Centro Social do Sagrado Coração de Jesus, responsável pelo ensino e catequização dos indígenas. O interesse de se apropriar do terreno para a construção de um complexo cultural busca reafirmar e dar visibilidade fora dos limites das aldeias, além de expressar o iminente interesse da população em um local voltado para suas práticas culturais.

O terreno supracitado (Figura 2) se encontra na principal via de acesso ao município, em localização privilegiada, com uma de suas faces voltada para a orla marítima. Seu entorno é predominantemente residencial, com a presença de alguns pontos comerciais e uma unidade de saúde no lote ao lado.

A fim de embasar as decisões projetuais, foi adotado um conceito que pode ser tratado como parte central de um projeto (Mahfuz, 1995), de maneira que este se desenvolverá ao redor dessa definição.

Memória viva: Uma abordagem teórica e prática sobre a preservação cultural indígena Potiguara

Living memory: A theoretical and practical approach to Potiguara indigenous cultural preservation

Memoria viva: Una aproximación teórica y práctica a la preservación cultural indígena Potiguara



FIGURA 2 – Localização do terreno

Fonte: Google Earth, 2024.

Sendo assim, o conceito adotado foi de **“coletividade”**, a união de duas palavras fortes dentro da cultura indígena: Coletividade e Vitalidade. A coletividade é uma das principais características desse povo, de forma que, especificamente na região, além de se tratarem como irmãos - independentemente de qual aldeia seja - é muito comum o pensamento coletivo em torno das 32 aldeias presentes e compostas por indígenas potiguaras da Paraíba.

Sobre a vitalidade, apesar de tanto retratarem as perdas culturais desse povo, seus ritos, vivências, cantos, grafismos e traços culturais são sempre muito vívidos e enérgicos, como pode ser visto no ritual do toré, por exemplo. Por isso entende-se que o ambiente em questão também deve expressá-la.

A identificação dos dilemas projetuais parte da articulação de questões antagônicas, que serão solucionadas através das metas que o projeto arquitetônico busca atingir. A primeira questão diz respeito a como reforçar a relação com a natureza - importante traço para a cultura indígena - dentro de um contexto urbano. A meta é a utilização de vegetação e paisagismo buscando a criação de uma atmosfera condizente com tal cultura.

Para a garantia de conforto térmico sem o uso de climatização artificial foi estabelecida como meta a utilização de estratégias de ventilação natural. Considerou-se que climatizar artificialmente o ambiente não seria possível, devido à forte ligação dos povos indígenas com o ambiente natural e à intenção de desenvolver uma arquitetura fluida e interativa com o meio natural.

Por fim, acerca do dilema de aplicar técnicas construtivas locais diante de um contexto de perda cultural, foi definida a meta de manter técnicas compatíveis e adaptáveis à realidade local. Foi utilizado o tijolo de solo cimento na estrutura dos blocos principais da edificação a fim de garantir a exequibilidade do projeto.

Através dos estudos e da vivência in loco também foi possível desenvolver a programação arquitetônica (Quadro 01), buscando atrelar as principais atividades culturais ainda existentes, dentro e fora das aldeias, àquelas onde há o desejo de serem revividas (Targino et al, 2012). Ainda foram incorporados os ambientes voltados para atividades que auxiliam a visibilidade da cultura, a exemplo de quiosques para que cada aldeia possa comercializar seus artesanatos. Essa demanda dos povos indígenas estava presente no processo de reivindicação do terreno para construção do edifício cultural.

PRINCIPAIS ATIVIDADES	AMBIENTES	QUESTÕES PROJETUAIS ENVOLVIDAS
Ensino	Salas de ensino e aprendizagem	Layout livre e acústica
Artesanato	Salas de artesanato	Iluminação adequada
Culinária	Cozinha, depósito	Conforto térmico
Exposição	Setor de exposição, sala multimídia	Efeitos de iluminação natural
Danças e grafismos	Sala de dança, sala de pintura, espaço de apresentação	Mobiliário
Comercialização e convivência	Quiosques, redário e áreas verdes	Conforto térmico
Rituais e celebrações	Espaço central	Conforto térmico e acústica
Armazenamento de materiais	DML, depósito, almoxarifado	Localização
Higiene pessoal	WC's e vestiários	Acessibilidade e localização
Descarte de resíduos	Casa de lixo	Localização
Acomodação de veículos	Estacionamento	Localização e acesso
Geração de energia	Casa de máquinas	Localização
Administração	Recepção, sala de administração	Localização

QUADRO 1 – Programa de necessidades

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O partido arquitetônico se desenvolveu de forma radial (Figura 3). O elemento do pátio central é o local de maior representatividade da coletividade e vitalidade acima mencionadas - seria o centro de origem e convergência do projeto. No pátio, portanto, seriam desenvolvidas as atividades vividas e comunitárias presentes no dia a dia do povo, bem como possíveis momentos de celebração e ritos. Os demais ambientes ficaram dispostos em volta desse pátio, possibilitando a interação com essas atividades. Já a implantação foi pensada permitindo a entrada de ventilação na principal direção - sudeste. Sendo assim, os blocos se “abrem” para garantir a circulação da ventilação e, com isso, um maior conforto térmico. A acomodação do programa no partido evoluiu de forma que inicialmente se pensou em dois blocos maiores, acomodando todo o programa de necessidades, com uma cobertura separada fazendo a demarcação da entrada; posteriormente, essa cobertura foi pensada fazendo a ligação dos dois blocos.

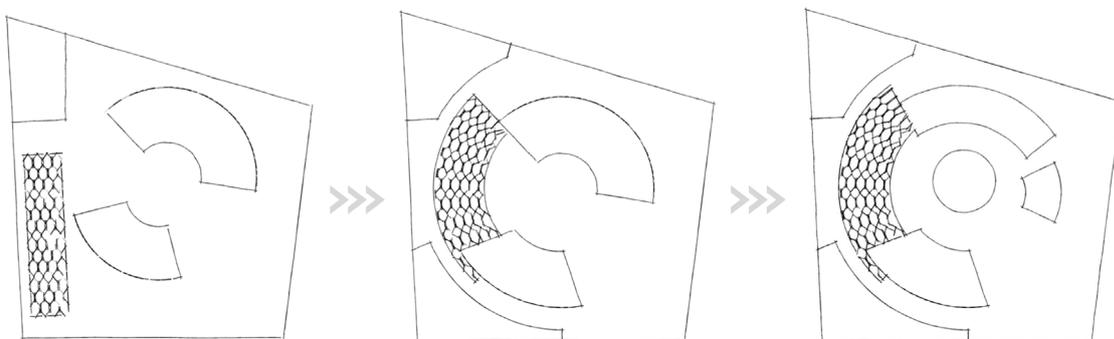


FIGURA 3 – Evolução do partido arquitetônico

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Proposta projetual

Os acessos foram idealizados de forma a priorizar o pedestre, encaminhando-o, desde a rua até o pátio central, que é o núcleo do projeto. Já os acessos de veículos foram previstos em dois locais (Figura 4), onde estão implantados os estacionamentos, nas extremidades do terreno, com acesso direto pela avenida principal. O projeto possui uma diretriz de varandas internas voltadas para o pátio central, por onde devem fluir as circulações, com a finalidade de garantir o bom sombreamento das aberturas através do beiral, bem como a integração dos ambientes com o pátio.

O programa foi subdividido em três blocos (Figura 4), sendo eles: a) Setor expositivo (1), artístico (2) e de artesanato (3); b) Setor culinário (4); c) Redário (5), Setor de ensino e aprendizagem (6), administrativo e de serviço (7). A culinária foi separada, por se entender que esta é uma expressão muito forte dentro da cultura indígena, um local de socialização e vivência comunitária. Foi previsto ainda um setor de vendas (9) contendo um total de 32 quiosques (um para cada aldeia da região), próximo à entrada principal de pedestres, buscando a visibilidade e facilidade para comercialização.



Legenda:

01 - Setor de exposição; 02 - Setor artístico; 03 - Setor de artesanato; 04 - Setor culinário; 05 - Redário; 06 - Setor de ensino e aprendizagem; 07 - Setor administrativo e de serviço; 08 - Pátio central; 09 - Quiosques; 10 - Estacionamentos; 11 - Áreas de convivência; 12 - Setor infantil; 13 - Mirante; 14 - Área intimista (paisagismo).

FIGURA 4 – Setorialização

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

 Acesso veículos
  Acesso pedestres
  Direção de ventilação predominante

As soluções paisagísticas foram pensadas como ferramenta importante na atmosfera desejada para o projeto, com intenção de que o usuário se sinta no meio natural, mesmo estando na área urbana, através da utilização de maiores massas de vegetação nos limites laterais do terreno e fechamento em bambu na divisa com a praia, a fim de garantir essa permeabilidade visual. Na porção leste do lote foi realizado um estudo paisagístico fazendo referência ao ambiente de “mata” presente no entorno do terreiro sagrado existente em Baía da Traição (Figura 5). Neste local, pensou-se em: setores de convivência com vegetação mais espaçada (11), para não haver a perda visual do mar; um setor infantil (12), com a vegetação proporcionando sombreamento e vivência natural; um mirante (13), localizado na parte central da área do terreno; e um setor mais resguardado com vegetação robusta e fechada, sendo então, mais intimista (14).



FIGURA 5 – Terreiro Sagrado,
Baía da Traição/PB.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Além disso, durante a visita realizada ao terreno, ainda se percebeu a dificuldade de visualização do terreno, pelo fato de a avenida de acesso estar situada em um nível abaixo do lote. Sendo assim, previu-se um elemento de demarcação de entrada, pensado como uma grande cobertura modelada de forma paramétrica (Figura 6). O grafismo de colmeia foi utilizado como base para o desenho da cobertura, por simbolizar a coletividade, reforçando o conceito.

O bambu foi previsto para a cobertura por sua leveza e resistência e pela materialidade dialogar tanto com os demais elementos do projeto, quanto com as estruturas em madeira roliça bastante utilizadas nas edificações indígenas. Segundo Murad (2007), quando se relaciona a resistência à tração do bambu, com o seu peso específico, o resultado é um valor 2,77 maior que o do aço, além de possuir um caráter mais sustentável que esse outro material, uma vez que apresenta um rápido ciclo de crescimento. Além disso, segundo Nunes, Júnior e Pastor (2021, p.154) “apesar de possuir baixa densidade, é um material resistente que suporta elevadas solicitações quando tracionado, possuindo uma estrutura que suporta bem as cargas dinâmicas”.

Memória viva: Uma abordagem teórica e prática sobre a preservação cultural indígena Potiguara

Living memory: A theoretical and practical approach to Potiguara indigenous cultural preservation

Memoria viva: Una aproximación teórica y práctica a la preservación cultural indígena Potiguara

FIGURA 6 – Cobertura paramétrica.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.



As soluções estruturais para essa cobertura apontam a necessidade de arcos estruturais principais, compostos pela união de várias peças de bambu, onde se apoiaria uma “malha”, com o desenho do grafismo de colmeia. Pelo caráter curvo da cobertura, essas conexões nos “favos das colmeias” não teriam angulação regular, de forma que a solução encontrada para essas conexões foi de pioneira, técnica vernacular de amarração comumente disseminada principalmente entre os escoteiros, com adição de um parafuso metálico para auxiliar na fixação e estabilidade.

A opção por inserção dessa cobertura mais complexa, que demandará mais esforços na construção, corroborou para um pensamento simplificado do sistema estrutural dos demais blocos utilizando o tijolo de solo cimento para sua construção. Com isso o projeto se torna mais compatível com a realidade e com a possibilidade de geração e uso de mão de obra local.

Após realização dos estudos acima expostos, foram geradas algumas imagens 3D (Figuras 7 e 8) através do programa computacional sketchup, que permitiram o melhor entendimento da proposta.

FIGURA 7 – Vista entrada principal e quiosques

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.



FIGURA 8 – Vista pátio central

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Considerações Finais

As perdas culturais, inegáveis na história do povo indígena Potiguara, reforçam que os espaços democráticos voltados à vivência e visibilidade dessas culturas podem contribuir na busca por uma mudança no contexto cultural atualmente existente. Destaca-se o papel da arquitetura enquanto aliada no processo de valorização de comunidades tradicionais, a medida que proporciona um espaço para manifestação cultural.

Partindo do questionamento central sobre como a arquitetura poderia ser palco no processo de valorização cultural, nota-se que a prática projetual provocou, ao longo do processo, alguns questionamentos e reflexões que auxiliaram no entendimento, ainda que superficial, da cultura dessa população (seus ritos, grafismos, modo de vida e de interação com a natureza). A partir disso foi possível entender que os povos originários, singulares como são, devem ser vistos dessa forma também no âmbito arquitetônico, já que a tipologia de edificação deve refletir a sociedade para a qual se destina.

A discussão da preservação cultural nos âmbitos teórico e prático permitiu o desenvolvimento de um produto em nível de estudo preliminar que retrata um processo reflexivo, fruto de uma jornada de estudos e pesquisas tanto no campo teórico, quanto projetual. Nesse processo, a resposta aos dilemas projetuais apresentados inicialmente ocorreu por meio de: implantação valorizando a ventilação natural, possibilitando uso de ventilação cruzada na maioria dos ambientes; estudo paisagístico a fim de criar uma atmosfera natural e menos urbanizada; e técnicas e materiais construtivos compatíveis com a realidade em que o projeto está inserido, a exemplo do bambu e do tijolo de solo cimento. Assim, a identificação e a busca pela solução dos dilemas se apresentaram como fios condutores durante todo o processo, impactando desde a implantação até a definição da materialidade, e levando à compreensão do projeto como um todo, ao evidenciar o entendimento do espaço externo da edificação como indissociável da proposta.

Pesquisas futuras podem ser desenvolvidas, uma vez que alguns pontos não foram pertinentes ao trabalho, como a aculturação sofrida dentro do ambiente de aldeia e a realização de processos participativos com os povos originários. Por fim, espera-se também que o presente trabalho possa contribuir para a cultura indígena através de uma abordagem arquitetônica, principalmente para os indígenas Potiguaras da Paraíba.

Agradecimentos

A todos os que, de alguma forma, contribuíram para a construção do projeto. À toda a população indígena Potiguara dos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto.

Referências

BARCELLOS, Lusival. **Práticas Educativo-religiosas dos índios Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SILVA, Rosa Helena Dias da. **Educação escolar indígena no Brasil**: da escola para índios às escolas indígenas. *Agora*, Santa Cruz do Sul, v.13, n.1, p. 124 – 150, jan/jun. 2007.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

CARDOSO, Francilene. Racismo e necropolítica: a lógica do genocídio no Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, 2018.

CURY, Marília Xavier (org). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016.

FALCÃO, Emmanuel de Souza Fernandes. **Grafismo e discurso identitário indígena Potiguara da Paraíba no século XXI**. João Pessoa, 2022.

FREIRE, J. R. B. **Trajетória de muitas perdas e poucos ganhos**. In: Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis: tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: Ibase, 2005.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Toré: regime encantado do índio no Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massagana, 2004.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro, 2022.

LEMONS, Carlos. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

LAWSON, Bryan. **Como Arquitetos e Designers pensam**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

MACÊDO CAVALCANTI, Carlos André; BARCELLOS, Lusival Antonio; MEDEIROS, Nilmara Maria Pôrto et al. O sagrado indígena Tabajara e Potiguara: uma compreensão primeira do saber ambiental em território paraibano. **Rev. Bras. Gest. Ambiental Sustentável**, v. 7, 2020.

MACEDO, Maria Sônia Barbalho de; SILVA, Aureni Maria da. **Mergulhando na história dos direitos humanos e entre o povo Potiguara: suas práticas e processos educativos**. São Paulo, 2016.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **Ensaio sobre a razão compositiva: uma investigação sobre a natureza das relações entre as partes e o todo na composição arquitetônica**. Belo Horizonte: UFV, Impr. Univ, 1995.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção**: Biblioteca e Centro Cultural. 3ª ed. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

MOONEN Frans. **Etno-história dos índios Potiguara**. João Pessoa: Procuradoria da República na Paraíba / Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1992.

MURAD, José Roberto de Lima. **As propriedades físicas, mecânicas e mesoestrutural do bambu *Guadua weberbaueri* do Acre**. Rio de Janeiro, 2007.

NEVES, Renata Ribeiro. **Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura**. Revista Especialize On-line Ipog, Goiânia, v.01, n.05, p.01-11, 29 jul. 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11115918-Centro-cultural-a-cultura-a-promocao-da-arquitetura.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

NUNES, Gabrielly da Mota; JUNIOR, Antônio da Silva Sobrinho; PASTOR, Jaiane dos Santos. **O uso do bambu como material estrutural na construção civil**. João Pessoa, 2021.

PAIVA, Eliane Bezerra. **Narrativas indígenas: construindo identidades e construindo-se em fontes de informação**. João Pessoa, 2013.

PEREIRA, Erika Danielly Florêncio. **Design e memória cultural: análise dos grafismos corporais da etnia Potiguara**. Campina Grande, 2020.

PORTOCARRERO, José Afonso Botura. **Tecnologia indígena em Mato Grosso: Habitação**. 2ed. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2018.

PRADO, Luís Otávio Cunha; CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. Entre memórias e interferências: a sobrevivência da arquitetura e do patrimônio cultural indígena. **Revista Científica ANAP Brasil**, vol. 13, 2020.

RAMOS, Luciene Borges. **Centro cultural**: território privilegiado da ação cultural e informacional na sociedade contemporânea. In: Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, 3., 2007, Salvador. III ENECULT. Salvador: Faculdade de Comunicação UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LucieneBorgesRamos.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SANTOS, Soraia Costa; COSTA, Silvia Kimo. **Arquitetura vernacular ou popular brasileira**: conceitos, aspectos construtivos e identidade cultural local. Minas Gerais, 2018.

SILVA, Cristhian da. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: a perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. **Revista de Estudos e Pesquisas**, v. 2, n. 1, 2005.

TARGINO, Nadyele et al. **Projeto Vidas Paralelas Indígenas**: revelando o povo Potiguara da Paraíba, Brasil. Brasília, 2012.

TIRIBA, Léa; PROFICE, Christiana Cabicieri. Crianças Tupinambá: rios, colinas, bancos de areia e matas como lugares do brincar cotidiano. In: **Revista Teias**. V.19, n.52, 2018 (Jan./Mar.). Estudos da infância – diálogos contemporâneos.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

WEIMER, Günter. **Evolução da arquitetura indígena**. Rio Grande do Sul, 2014.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 28/03/2024

Aprovado em 16/07/2024